



Entrevista **COM FERNANDO LUIZ ABRUCIO**



Fundação Podemos: Como o senhor enxerga o papel desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal para o sistema federativo brasileiro especialmente pensando em casos em que a corte foi incitada a responder em matérias de políticas públicas, como, por exemplo, na atual pandemia?

O Supremo mudou na verdade, há uma literatura sobre isso e até um professor, Cláudio Couto já escreveu sobre isso. Até o final de década de 1990, quando consolida uma nova hegemonia a partir do governo do Fernando Henrique, torna-se, do ponto de vista federativo, muito centralizador. São decisões muito pró-governo federativo e pró-união. Acho que essa tendência começa a ter uma grande mudança no governo Bolsonaro. A decisão em relação à autonomia dos estados e municípios nas políticas de saúde no combate à COVID-19 é um marco na jurisprudência do Supremo. Quando lemos a decisão, vemos que não só foi dada autonomia para os estados e municípios, mas também diz que as políticas públicas devem funcionar em uma lógica de sistema, uma lógica na qual haja uma maior interligação entre união, estados e municípios. Essa decisão do Supremo deve marcar um novo padrão para o futuro.

Do ponto de vista das políticas públicas, o Supremo não toma decisões meramente centralizadoras, mas sim que, de algum modo, apontem para uma transformação na forma como funciona a federação, tentando pensar esta como

algo que funciona com autonomias (nos três níveis de governo), mas também com mecanismos de interligação, em um sistema de políticas públicas. Alguns juízes vão mudar isso no futuro, mas a tendência é que esse padrão permaneça.

Fundação Podemos: Em que medida os Estados possuem condições para se organizarem em uma frente no combate à pandemia? Com a sua resposta, vemos que, se os estados possuem autonomia, suas ações também estão ligadas a um padrão decisório do STF, é isso?

Não só isso, na verdade, o padrão decisório do STF vem depois. Acabei de publicar um artigo sobre isso onde analiso bolsonarismo, federalismo e a COVID-19. O que vemos lá é que o bolsonarismo desde o início tem tentado mudar o padrão de federalismo no Brasil e os estados e municípios já reagiram a isso antes mesmo da COVID-19. Como exemplo, temos as escolas cívicas-militares. O MEC quis colocar "goela abaixo" em todos os estados, contudo vários estados não aderiram. Mesmo sendo parte de um novo orçamento, vários estados preferiram não aderir. Um segundo exemplo é a discussão da reforma do programa mais médicos, que começou no nordeste, onde mais faltam médicos no Brasil. Outro ponto é a discussão do SUSP com Sérgio Moro, que foi também muito ruim, pois ao final do governo Temer, o ministro Jungmann criou um sistema único de segurança

pública que nem o PT nem o PSDB conseguiram fazer. Moro, contudo, rasgou esse sistema. O conselho da Amazônia também, criado antes da COVID-19, foi uma resposta do governo Bolsonaro às críticas ambientais não possui nenhum governador dentro dele.

Essa tendência (federalismo bolsonarista) precede à COVID-19 e possui três características básicas: **(1) Seguir um pouco o modelo do federalismo dualista**, clássico nos E.U.A que foi mudado a partir de Roosevelt. Trata-se de transferir o máximo de responsabilidades aos estados e municípios e o Governo Federal diminuir. Isso remete muito aos ideais do liberalismo clássico, para evitar tiranias do Governo Federal. No entanto, desde Lincoln, e mais notoriamente com Roosevelt, o Governo Federal norte-americano cresceu muito, especialmente na década de 1960, com as políticas de integração dos negros, políticas sociais e gastos em educação. Na década de 1970 esse modelo foi muito criticado e Ronald Reagan voltou com o federalismo dualista. Contudo, esse federalismo de Reagan em diante casa-se muito com a ideia de liberalismo econômico, ou seja, menos Estado na vida dos cidadãos. Embora Reagan tenha feito isso, a literatura nos mostra que o governo federal não abandonou por completo os estados e municípios. Existe um grande relatório feito pelo governo de Reagan que mostra o fracasso na educação norte-americana. Assim, vemos em governos como Bush, Bush filho e Obama que os gastos da União aumentaram muito na educação

básica. O federalismo dualista até então era mitigado por alguns problemas que apareciam no caminho. Com Trump, por exemplo, vemos a retomada total do federalismo dualista, com o completo abandono da União aos estados e municípios locais.

O bolsonarismo tenta imitar um pouco isso com a visão de Paulo Guedes, que apresenta o pacto federativo, um modelo radical de federalismo dualista. O Bolsonaro, no entanto, tentou desde o início passar o máximo possível de funções e responsabilidades e tirar o Governo Federal deste modelo.

Outra característica **(2) é o modelo de federalismo de confronto**. Desde o início, o governo federal tem um confronto muito grande com estados e municípios, não começou com a COVID-19. Esse federalismo de confronto tem muito a ver com o fato de que o Bolsonaro enxerga em alguns estados possíveis “inimigos” de sua lógica política, pois podem mobilizar a opinião pública, o supremo, etc. Vale lembrar que no nordeste, o Bolsonaro identificava os 9 governadores como inimigos, inclusive Renan Filho (MDB), que Bolsonaro fez campanha para que não ganhasse no senado. As pessoas se esquecem que ele usou a linguagem preconceituosa do Rio de Janeiro chamando esses governadores de “Paraíba”. Isso ficou complicado porque alguns governadores, antes da COVID-19, já começavam a se mostrar como possíveis adversários políticos. A briga com Witzel também, que ocorreu

ano passado, que tem a ver com a história do porteiro do prédio. Provavelmente Witzel armou para Bolsonaro porque sabe que tem a ver com milicianos a morte de Marielle. Os milicianos estão ligados à família Bolsonaro. Witzel pensou que derrubaria Bolsonaro e que se mostraria como salvador da pátria. O Dória também, que começou a campanha à presidência no dia seguinte que virou governador, o que incomodou Bolsonaro.

Um último ponto **(3) é um federalismo autocrático**, ou seja, aquelas decisões que cabem ao governo federal, evitar que estados e municípios participem. O Conselho da Amazônia é muito claro nesse sentido. As decisões do Ministério da Saúde sobre compras de equipamentos, por exemplo, não foi consultado os estados e municípios em nenhum momento.

Essas três características do governo Bolsonarista se acentuaram com a COVID-19, se tornando um problema complexo que envolve muitos atores. Em uma federação, mesmo em lugares em que uma política territorial é importante, como Itália e Espanha, é muito difícil resolver esse tipo de problema sem uma coordenação. A Itália e Espanha viraram um desastre porque não houve uma coordenação territorial. Quando o primeiro-ministro da Itália assumiu a coordenação, fechando o país, foi que começou o combate à pandemia. Em outros lugares como Canadá, Austrália, Alemanha, Argentina, houve uma forte coordenação intergovernamental. No

Brasil, México e EUA a coordenação intergovernamental foi muito ruim. Isso tem muito a ver com a proximidade de Trump e Bolsonaro a um determinado tipo de federalismo.

Nesse sentido, retomando a pergunta, a decisão do Supremo vem depois. Os governadores já reagiam ao padrão que o Bolsonaro criou, passando a reagir mais fortemente agora. O Fórum de governadores fez diversas cartas contra o presidente, o que não é comum na história do Brasil. Não há cartas de governadores contra Temer, Dilma, Lula ou Fernando Henrique, pois todos esses presidentes conversavam com seus governadores. O poder federal é mais forte que o poder estadual no Brasil, mas se o poder federal não conversa com os estados, perde parte de sua força, é um paradoxo. Em relação à frente de combate dos estados sobre a pandemia, acredito que a resposta seja sim e não. Os estados foram obrigados a realizar esse tipo de ação, dado que o governo federal repassou suas funções e responsabilidades aos estados, e que isso foi referendado pelo STF. Essa é uma outra contradição do governo Bolsonaro, ele queria que os estados e municípios resolvessem o problema, mas queria que o modo como fosse resolvido partisse do Governo Federal. O STF negou isso, afirmando a autonomia jurídica dos estados e municípios sobre a pandemia. Caso o governo federal quisesse auxiliar no combate, deveria criar um comitê federativo de crise. Toffoli disse isso em discurso público, foi o ápice da tentativa do presidente de emparedar o supremo.

Por um lado, o consórcio dos governadores do nordeste promoveu maior articulação entre eles, que estavam sozinhos até então, o que dificulta do combate à pandemia. Contudo, o Governo Federal tem um papel muito importante na federação brasileira. Um dos primeiros artigos da constituição é combater a desigualdade regional, um objeto maior do país. Isso dificulta muito para o STF tomar decisões que impactem negativamente a desigualdade regional. Quando o Governo Federal “lava as mãos” há um aumento da desigualdade. Os Estados e municípios podem fazer, mas podem fazer desigualmente. O nordeste se juntou para reduzir os impactos dessa desigualdade, mas comparado ao poder normativo, financeiro e gerencial da União, é bem menor.

Precisamos entender o contexto do federalismo bolsonarista. No fundo, a PEC do pacto federativo diz que os estados e municípios vão ser livres para fazer os gastos que quiserem, contanto que não processem e respeitem as decisões autocráticas do Governo Federal. Não há chances dessa PEC passar no congresso. Nela, inclusive, há a possibilidade de redução do número dos municípios, o que em hipótese alguma passaria. Para o bem ou para o mal, a constituição colocou a federação como cláusula pétrea, e o município como o ente da federação. É possível interpretar a ideia de cláusula pétrea de forma aberta, mas é preciso ter arranjo político para isso. Esse arranjo político não foi construído junto ao Congresso, à Federação ou junto

ao Supremo. Seria necessário mudar pelo menos seis dos oito ministros para conseguir isso.

Fundação Podemos: Temos percebido que o Poder Legislativo, especialmente a Câmara dos Deputados, tem imposto uma série de derrotas ao Governo Federal. Assim, podemos pensar que o presidente talvez se preocupou demais em transferir a responsabilidade que pode recair sobre ele na pandemia, mas que de alguma forma deixou o Poder Legislativo muito confortável, no sentido de que este consegue aprovar o que quiser e impor limites à frágil coalização de Bolsonaro e com o “centrão”. Nesse sentido, o embate do presidente com o Poder Judiciário não o deixou refém da Câmara? Especialmente do próprio Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre? Parece-me que o processo de impeachment nesse momento é inviável não só pelo momento de pandemia, mas também pela própria articulação da Câmara com o Governo Federal. O que o senhor acha disso, tendo em vista as mobilizações em torno da sucessão do Rodrigo Maia?

Temos que entender qual é o grande pano de fundo disso. Quem era o grande inimigo de Bolsonaro? Certamente nunca foi o PT, isso é uma análise equivocada. O grande inimigo de Bolsonaro é o sistema político-institucional em vigor

desde a redemocratização, é a própria constituição de 1988. Bolsonaro mandou Fernando Henrique ser fuzilado, não Lula. Obviamente, o presidente fez a política dele durante 30 anos dizendo que este era seu grande inimigo, nunca mentiu enquanto à isso, só mentiu nos “pequenos roubos”. Gosto muito de livros e filmes policias e acredito que os pequenos roubos são muito mais perigosos do que a grade máfia. Mussolini era um homem de pequenos roubos. Bolsonaro construiu isso e foi favorecido, em 2018, pela Lava Jato, antipetismo e tudo aquilo que representava a “Velha Política” e o Presidencialismo de Coalizão. Quando ganha as eleições, ideologicamente Bolsonaro é o inimigo da Constituição de 1988, veio para destruir, não construir. Contudo, ao tentar fazer isso no último ano e meio, teve muitos problemas, a exemplo de sua briga com o Supremo, em que foi emparedado pelo Supremo. Não serão dois ministros que Bolsonaro irá escolher que vão alterar isso. Provavelmente um dos dois ministros será cooptado por Gilmar Mendes. Chegando a estes postos não há poder que os remova.

Fundação Podemos: Um grande exemplo disso é o Fux e o próprio Toffoli.

Sem dúvidas. Claro que, se pensarmos em redes de poder prévias, o próprio Toffoli está ligado com setores da Igreja Católica. O Fux tem uma rede prévia muito forte com a elite carioca, particularmente com a Rede Globo. Essas redes não se

quebrarão por completo. Lewandowski tem uma ligação com magistrados do Brasil, que não será rompida por completo. Contudo, ligações partidárias são menores do que essas redes prévias, são ajustáveis.

Bolsonaro foi batendo de frente com várias coisas do modelo político-institucional da constituição de 1988. Acabou com uma grande parte dos conselhos participativos do Brasil; gerou um conflito direto com a Suprema Corte, que reagiu. O próprio inquérito das Fake News parece fantástico, mas é política. Quem acredita que uma Corte Constitucional se iguala a uma Corte Judiciária em abstrato, não entende os federalistas. Não é assim em nenhum país, é uma corte política. Em última análise, ela deve se defender em nome da Constituição, Bolsonaro não tem chances nisso. Quanto aos conselhos participativos, houve certa vitória do presidente, mas ele perdeu maioria social. Bolsonaro é um homem fadado a ter problemas em segundo turno, pois gerou uma antipatia majoritária na população. Ele teve muitas dificuldades com a Federação, isso implica não poder colher bônus políticos de políticas sociais comandadas pelo Governo Federal. Terá que transferir dinheiro por cima dos estados e municípios para indivíduos, o que não é fácil.

Em relação ao congresso, Bolsonaro é o presidente que mais sofreu vetos desde Collor. Nem a Dilma chegou a isso.

Ele não construiu maiorias, defendendo uma nova política de não coalizão. Seus principais projetos ideológicos morreram. Alguns irão dizer que o projeto das multas sobrevive, porém, no modo que o Detran funciona atualmente, é impossível, é o sistema mais corrupto existe. Assim, as principais legislações que dependiam do Congresso, em um tom mais extremo, não foram adiante e nem irão adiante. A recusa à coalizão foi colocada na berlinda com a crise da pandemia. Bolsonaro continua odiando a Constituição de 1988, mas entende que precisa sobreviver. Nesse momento ele está tentando, de alguma forma, dialogar com instituições que odeia, como o Supremo. Vai também precisar voltar ao diálogo com a Federação, pois nas eleições municipais, dizer “sou bolsonarista” no segundo turno significa perder as eleições. O custo do “centrão” agora vai ser mais alto. Sem figuras como Crivella, com quem Bolsonaro irá conversar? Essa estratégia do presidente de confronto com as instituições de 1988 foram colocadas em cheque pelo fracasso da política Bolsonarista na pandemia. O que pode salvá-lo nesse momento seria uma nova política no estilo do Bolsa Família, mas isso precisa do apoio do Congresso.

É importante dizer que algumas coisas foram aprovadas porque há uma parte de consenso liberal desde o governo Temer, construído por Henrique Meirelles, mesmo entre a esquerda.

Fundação Podemos: Esse consenso liberal precede o governo do Bolsonaro. Parece-me um outro paradoxo em no tocante a relação do Governo com o Congresso. Apesar da quantidade de vetos do Congresso frente ao Executivo, essa agenda liberal precede Bolsonaro.

Exatamente. A agenda que está vencendo no congresso é a agenda Temer, Bolsonaro não percebe onde está no momento. Se pensarmos no Novo Marco do Saneamento, ele vetou algumas coisas e será provavelmente repreendido pelo Senado. Já o Novo Marco Legal do Gás é um projeto inteiramente do governo Temer, a agenda já foi construída desde então. O Rodrigo Maia era o primeiro-ministro do governo Temer, do mesmo modo que Fernando Henrique foi primeiro-ministro do Itamar. Agora, Rodrigo já não é mais o primeiro-ministro, pois há confronto. Bolsonaro está procurando se adaptar para não perder espaço. O dia que Queiroz foi preso é o dia da JBS do governo Bolsonaro, caíram as ilusões do governo. A comemoração de Bolsonaro em relação do FUNDEB chega a ser cômica, pois não lhe trará nenhum voto. Todos os profissionais que de alguma forma estão ligados a educação, professores, gestores locais, organizações da sociedade civil, sabem o que o Bolsonaro fez pela educação. Outro ponto é que o FUNDEB é uma espécie de “maratona” não “100m rasos”, os efeitos serão vistos muito mais adiante, Bolsonaro não verá mudanças ainda em seu governo. Assim,

a agenda atual é mais “Temer”, Rodrigo Maia tem construído com um grupo de partidos e lideranças que deriva em grande medida do Temer, com alguns acréscimos. Teremos uma agenda ambiental até o final do ano, é mais fácil fazer isso do que uma reforma tributária. Isso será imposto ao presidente, que provavelmente vetará depois. Bolsonaro só não vetou o FUNDEB, pois foi uma PEC.

A relação de Bolsonaro com o Congresso é difícil, na Câmara e no Senado. Davi Alcolumbre é menos independente do que o Rodrigo Maia, pois há menos “balas na agulha”, mas, em geral, senadores são mais independentes do que deputados. Compare o senado do Podemos com a câmara, o senado tem muito mais no governo, são oito anos de mandato. Darcy Ribeiro já dizia, “o senado é melhor do que o céu”, pois há todas as condições do céu sem precisar morrer. Oito anos de mandato dá uma independência muito grande. Bolsonaro no momento precisa primeiro manter o mandato e possui o número necessário de votos na Câmara para manter o mandato, de resto tentará gastar com deputados, fazer o fisiologismo sem coalizão e com isso tentar se segurar.

A agenda legislativa, no entanto, será difícil. Após as eleições municipais a segunda parte do mandato é sempre muito difícil. Geralmente a opinião pública se altera devagar, contudo, com as eleições isso se movimenta mais rápido. O eleitor mediano não pensa em política todos os dias, mas no período das eleições isso muda.

Assim que acabam as eleições municipais, a popularidade do presidente sempre cai, isso é histórico. É um momento em que reconstruir as relações com o legislativo é necessário, o presidente vai ter dificuldade com essas relações, pois é provável que o novo presidente da Câmara seja Rodrigo Maia ou alguém independente. No Senado, o ganhador provavelmente será Davi Alcolumbre, se mudar seu discurso no final, ou alguém muito independente, como Tasso Jereissati. Na segunda parte do mandato de Bolsonaro, com presidentes da Câmara e Senado independentes, haverá dificuldades na relação com o Congresso. Bolsonaro precisa chegar aos pobres não-metropolitanos, pois destes já perdeu boa parte. Para isso, um novo bolsa família é necessário, mas é preciso ter dinheiro. A aposta de Paulo Guedes é aumentar o Bolsa Família em R\$ 300, contudo, não podemos esquecer que o auxílio emergencial foi de R\$ 600, os eleitores são ingratos, querem bem-estar.

Fundação Podemos: Neste cenário econômico não há como manter um gasto tão vultuoso assim durante muito tempo.

Até é possível, mas aí devemos adeus ao capitalismo e ao mercado financeiro, se Bolsonaro vai fazer nós não sabemos. São perguntas que ainda não temos resposta, mas tem um custo político.

Agora devemos pensar, por que não fizeram um impeachment até agora? São três motivos evidentes: O primeiro é

por conta do trauma, o impeachment da Dilma destruiu o cenário político. Aqui, nem estamos discutindo se ela deveria ou não ter sofrido o impeachment, mas a consequência foi a destruição do sistema político. Um segundo fator é a possibilidade de uma parede, assim como houve com o Temer. Os congressistas não foram pró-Temer, mas o seguraram, contanto que se comportasse. A votação de peso a favor do FUNDEB é um exemplo disso. Outro exemplo é o inquérito das Fake News, em que provavelmente pessoas serão presas ano que vem. A terceira razão é a questão da pandemia, as pessoas ficaram temerosas de realizar um impeachment no meio da pandemia, com mais de mil pessoas morrendo por dia. Isso terá efeito nas eleições municipais.

Fundação Podemos: Outro problema são os próprios filhos do presidente, que podem ser presos.

Ainda há muitos esqueletos no armário. Claro que é possível que a parede se rompa, mas por enquanto isso não é vantajoso. Ninguém sabe se ela será rompida, porém, há chances. É provável que o senador Flávio Bolsonaro seja condenado em segunda instância. Quais serão as repercussões disso no Senado? A parede pode ser quebrada pelos próprios emparedados, e Bolsonaro não tem o mesmo sangue-frio de Temer. Se a parede for rompida e os impactos da pandemia reduzidos, a discussão do impeachment pode voltar com força. Depende do quanto Bolsonaro se comporta, ele vai ter que abandonar muita gente pelo caminho. O

inquérito das Fake News pode vincular o Carlos Bolsonaro, por exemplo.

A questão ambiental é outro fator, é discutido que o Brasil deve fazer “lição de casa” por dois anos sobre isso para que os investimentos voltem. Os bancos brasileiros estão perdendo dinheiro. Quando a poupança externa não vem para um país, nem a poupança interna investe. O governo vai ter que mudar muito as políticas sobre a questão ambiental. Bolsonaro criou um discurso interno alinhado ao ataque à constituição de 1988 e um plano externo alinhado a um Trumpismo extremista que pode perder as eleições.

Do ponto de vista das políticas públicas, o congresso fará uma agenda diferente da agenda bolsonarista, o país quer isso. Se em 2018 o tema geral das eleições foi o antipetismo e o específico foi corrupção e segurança pública; em 2022 será antibolsonarismo e desigualdade. Essa é uma pauta interna e externa. O congresso discutirá temas como o melhoramento do SUS, educação, inclusão dos abandonados urbanos. O Bolsa Família não é o melhor projeto para contemplar os pobres urbanos, que estão no mercado informal de trabalho, por exemplo. A reforma trabalhista não está resolvendo empiricamente a situação dos trabalhadores informais, a não ser se for conjugada com uma espécie de renda universal de cidadania. Outro ponto das próximas eleições será a moderação, em oposição aos quatro anos extremistas. O Lula, por exemplo, está cumprindo um roteiro que escreveram para ele.

Fundação Podemos: No caso do Lula, será que não há uma questão de sobrevivência política, ou mais do que isso, pessoal?

Ficar 500 dias preso não é fácil, mas podemos diferenciar Lula, um grande líder político, de Nelson Mandela, um estadista. Um político estadista é capaz de “engolir sapos” de uma forma muito grande. Há também a questão da sobrevivência do PT, com a ideia de que em 2022 precisa ser um partido grande.

Fundação Podemos: Em sua opinião, qual é o papel da Lava-Jato nesse momento? Considerando os debates se foi importante ponto de inflexão, neste momento, ela perdeu a influência, ou será revitalizada, em uma espécie de “Lava-Jato eleitoral”, chegando no Alckmin, por exemplo. Nesse sentido, qual é o futuro da Lava-Jato, ainda é um capital político?

A Lava-Jato ainda é um capital político, no entanto, muito menor do que foi em 2018 e será ainda menor em 2022. Quando o Moro se tornou ministro, a Lava-Jato já havia perdido uma parte de seu capital político. Com sua saída do ministério, a imagem de Moro caiu. A corrupção a um nível menor é muito mais preocupante, envolve milícias, por exemplo. É a corrupção pequena casada com a necropolítica. A corrupção a grande nível é muito menos mortal, envolve mais questões de financiamento eleitoral.

Politicamente a Lava-Jato terá uma decadência nos próximos anos. Em um contexto geral, as políticas de combate à corrupção irão demorar para se reconstruir com a importância dos anos passados. Olhando para a natureza da Lava-Jato, acredito que ela trouxe coisas boas e coisas ruins. Excesso de poder é sempre um problema. Madison já dizia, quando o poder aumenta arbitrariamente, o poder que te para é arbitrário. É o arbítrio contra o excesso de arbítrio. Acho que a Lava-Jato trouxe pontos positivos que devem ser recuperados, mas um juiz nunca pode julgar tantos casos. Isso não é bom para a democracia. Nos EUA, por exemplo, ninguém teria tanto poder quanto Sérgio Moro.

Fundação Podemos: E qual a sua opinião sobre o papel dos militares nisso tudo?

Os militares, na verdade, se moveram por várias coisas para chegar até o Bolsonaro, se moveram contra a comissão da verdade, pois rancor dos militares cresceu com a comissão da verdade, um corte entre o lulismo e os militares assim como pela Lava-Jato. Esses são alguns dos fatores que fizeram os militares tirarem um pé do quartel. Em 2017 e 2018, quando o bolsonarismo estava crescendo, assumiram o papel de apoio, mesmo em meio ao governo Temer. Com isso, imaginou-se que poderia fazer cumprir o lavajatismo, limpando a imagem dos militares frente à comissão da verdade e se apresentando como um grupo técnico, ético e competente. O barco

do bolsonarismo ainda não afundou, mas a situação hoje é muito pior do que imaginaram, vai ser muito difícil sair agora. É claro que há ganhos corporativos, desde o governo de Fernando Henrique, dentre a elite burocrática de Brasília, os militares são o grupo que mais perderam. Se analisarmos a elite da receita, a elite jurídica, dos órgãos de controle, e até mesmo de carreiras civis que cresceram, os militares perderam esse status. Os diplomatas, por exemplo, por estarem quase sempre fora do Brasil tinham muitos ganhos, inclusive monetários. Em meio ao arrocho da burocracia federal, os militares agora são o grupo que não perdeu, assim não podem sair desse barco agora.

Fundação Podemos: O senhor não acha que ocorre aos militares a possibilidade de assumir a presidência juntamente com Mourão?

Mas como eles iriam derrubar o Bolsonaro?

Fundação Podemos: Será que não haveria uma possibilidade da imagem dos militares ficar tão degradada, ao ponto de surgir uma oportunidade de recuperá-la junto com Mourão?

Desde do dia 18 de junho, os principais líderes militares ficaram quietos. Com a exceção de Mourão que é uma liderança política. A história de do Tribunal do Haia, pode ser que não dê o resultado esperado, mas certamente coloca o Brasil e os militares em uma situação

difícil. Mas o que os militares poderiam realmente fazer agora, sair do Ministério da Saúde correndo?

Há um famoso senador na Primeira República que durante uma manifestação do Senado disse ao cocheiro “Não vá tão rápido que pareça que estou fugindo e nem tão devagar que pareça que eu esteja desprezando os manifestantes”. Os militares estão nessa posição, não podem sair tão rápido que pareçam que estão fugindo nem tão lento que pareçam que estão rindo da população brasileira. O próprio Bolsonaro, desde o dia 18 se acalmou mais, procurou o centrão, teve COVID-19. Os militares não estão na mesma posição desde o início do governo, mas estão numa espécie de platô de desgaste. Há uma aposta muito grande em Mourão no que se refere à Amazônia, o próprio Bolsonaro ficou quieto frente as posições de Mourão. Claro que, se pensarmos em Salles, este provavelmente não cairá.

Fundação Podemos: Salles assumiu uma posição ridícula, com Mourão assumindo tudo.

Salles virou uma espécie de Weintraub. Voltando aos militares, claro que para eles seria muito mais interessante que Mourão assumisse, mas para isso Bolsonaro precisaria cair e eles não podem derrubá-lo.

Os militares cometeram muitos erros. Em partes por questões relacionadas à comissão da verdade, em partes por se

acharem novos tenentes via lavajatismo, e em partes pela defesa do corporativismo. O fato é que fora alguns Dom Quixotes dos militares, eles não rasgaram a constituição democrática do país, nem no pior momento da crise, acho que não querem fazer isso. Sair correndo do governo pode ser tão vergonhoso quanto ficar no governo. Quem pode derrubar o Bolsonaro é o TSE e a Câmara, o Senado não derruba um presidente, pois já está derrubado na Câmara. Claro que uma ação do TSE e Câmara possuiria duas opções, uma ponte para o futuro, como ocorreu com Collor quando PT, PMDB e PSDB se juntaram, e com Temer quando se juntou com o centrão e o PSDB. Acho que dá para fazer isso com Mourão, não é impossível. Contudo, para o TSE e a Câmara agirem, precisa ter rua, e rua em meio a pandemia é muito difícil. A gaviões, grupo político mais progressista do Brasil fez isso, mas foi algo mais para segurar o presidente. Uma mobilização de rua em grande escala durante a pandemia é muito difícil.

Diante disso, os militares não poderiam derrubar o presidente, caso contrário estariam errados democraticamente. Eles vão sair de alguma maneira queimados e esperam que o governo corrija alguma coisa, estão apostando muito no Mourão em relação a Amazônia. Contudo, os militares não serão mais os mesmos, vão diminuir e terão que retornar a caverna, mas pelo menos querem sair com alguma dignidade.

Fundação Podemos: De fato, temos uma tendência a queda de importância do discurso da corrupção. Sabemos que as questões da desigualdade e da taxa de desemprego que não conseguirão ser revertidas a tempo. Isso recolocaria as políticas públicas no debate público e eleitoral, frente ao discurso contra a administração pública que vemos, de diminuição do Estado?

O primeiro a abandonar o discurso "menos Estado" foi Paulo Guedes. Esse discurso estilo MBL morreu. A grande prova das ideias na área de Ciências Humanas são as ideias. A prova da metafísica é a realidade, como já dizia Kant. O fato é que a realidade brasileira piorou desde 2013 até a pandemia. O próprio Rodrigo Maia está discutindo projetos de melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS, existe a questão ambiental, a aprovação do FUNDEB. Vocês acham que pessoas como Ciro, Lula, Flávio Dino Hulk, Dória, vão defender menos Estado? Claro que não. O próprio Bolsonaro não defende mais. O liberalismo de Guedes foi morto. Há pessoas que vão questionar a reforma da previdência, contudo não se trata apenas de liberalismo puro, pois o peso da previdência no Brasil vis à vis a previdência do INSS é assustadoramente desproporcional. Pobres estão perdendo, não ricos.

A questão do saneamento, sabemos que as empresas estaduais de saneamento não resolveram essa questão. Se vemos

os principais indicadores sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) após 1988, melhoramos em quase todos graças ao Welfare State criado pelo conjunto eleito, mas em saneamento melhoramos pouco. Assim como na questão da previdência, a esquerda poderia ter ajudado a melhorar algumas coisas do projeto, mas preferiu se dizer contra. Quando você se diz contra e não tem voto, se exime do processo. A mudança do marco regulatório do gás, por exemplo. O gás no Brasil é monopólio de uma empresa só. Até Fernando Henrique ainda tínhamos o Vale-gás, mas agora nem isso.

A própria questão da Reforma Administrativa mudou muito desde o início do debate no governo. De fato, nas carreiras federais mais importantes o mínimo salarial é absurdo. Isso não só no executivo, mas no ministério público também. Nem cota nesses lugares há praticamente, são meninos mimados. Partes da discussão da Reforma Administrativa não são nem esquerda, nem da direita. Se aprovamos coisas como o FUNDEB, a reforma do SUS, é para pagar melhor professores e médicos, é isto.

Dizer menos Estado, menos governo, acredito que nem o Bolsonaro fará isso. Ele vai ter dificuldades de construir esse discurso político e manter a questão da defesa das armas, por exemplo. Sem auxílio emergencial não haverá votos. A prova das ideias foi o choque da realidade, o Brasil é um país muito desigual, qualquer liberalismo que for implantado

precisa de concessões sociais. Leia José Guilherme Merquior, que já escreveu isso para Collor. O Guedes não é José Guilherme Merquior. O próprio Collor aprovou a Lei Orgânica da Saúde, o SUS nasceu com ele em 1990. O que nós chegamos hoje com o liberalismo selvagem, com Guedes, com uma visão extremista de política e com Bolsonaro, isso se mostrou insustentável ao longo prazo no Brasil. O país é muito desigual, muito heterogêneo. Ao mesmo tempo, o país hoje possui canais de expressão de opinião que dificultam muito radicalizar esse modelo.

Fundação Podemos: Dentro dessa análise, não há mais como fugir das políticas públicas. Olhemos para a Educação, por exemplo, com resultados insatisfatórios no PIS. Como podemos dosar o antigo debate dicotômico entre orçamento e gestão? O problema da educação é falta de orçamento ou uma falta de desenho institucional das políticas públicas? Como poderemos pensar em um desenho para as políticas públicas na área da educação capaz de enfrentar as deficiências que temos hoje?

Em educação e saúde, duas principais áreas no Brasil, o problema são ambos. A saúde e a educação é subfinanciada. Especialmente a educação básica, os dados internacionais são imbatíveis. Por isso que em relação ao FUNDEB, alguns economistas liberais apanharam de

deputados, mesmo entre a direita. Temos subfinanciamento, má distribuição de gastos e muitas falhas na gestão da saúde e educação.

A questão da reforma do Estado é muito relevante para qualquer governo no Brasil. O que precisamos fazer é dosar essa ideia. É preciso cobrar melhor qualidade e desempenho da gestão. O estágio probatório é ainda uma ficção jurídica. O direito administrativo brasileiro tem milhares de pontos a serem reformados, modelos de gestão precisam ser cobrados para aumentar a produtividade do setor público. Contudo, aumentar a produtividade do setor público não quer dizer nem um Estado menor, nem uma burocracia desimportante. Nenhum país do mundo seguiu esse caminho.

O primeiro-ministro britânico, por exemplo, foi salvo pelo sistema de saúde público. Os Estados Unidos são o que são pelo fato de que 92% das crianças estudam em escola pública, isso é mais do que no Brasil, proporcionalmente. Pode-se criticar a educação pública americana, mas ela muda o país.

Fundação Podemos: Descentralização da gestão com financiamento da União, seria talvez a saída?

Já temos a descentralização da gestão, o problema são os modelos de gestão. Precisamos melhorar o regime de

colaboração, articulação entre União, estados e municípios; melhorar a qualidade burocrática das redes estaduais e municipais; reduzir a descontinuidade político-administrativa; melhorar a qualidade dos profissionais, a formação dos professores e diretores do Brasil é muito ruim. É preciso também criar uma carreira mais atrativa que combine motivação e responsabilização de professores, precisamos das duas coisas.

As pessoas pensam que melhorar gestão significa gastar menos, gestão envolve muitas coisas, é complexa. Temos muito a melhorar na gestão das políticas públicas no Brasil, em alguns casos entrando em conflito com o corporativismo, mas isso não quer dizer que já há excesso de dinheiro, porque não há. Falta orçamento e ele é mal distribuído. Gastar menos com o SUS não vai melhorá-lo.

Teve dois economistas que disseram que o Brasil deveria seguir o exemplo do Ceará. O Idilvan, deputado federal, disse que gastaram mais e não menos. Esse tipo de discurso é ótimo para apresentar em debates de ideias, mas o choque com a realidade envolve paradoxos, contradições, combinações, e as ideias não se mostram efetivas. Precisamos parar de buscar ideologias bonitas, só por sua coerência, e buscar aquilo que dá certo na realidade. Por isso que a ideia de menos Estado não dá certo na realidade.

Fundação Podemos: O senhor está pessimista ou otimista com o que vem pela frente?

A curto prazo, pessimista. Vamos enfrentar uma dificuldade econômica muito grande. Apesar de elogiar o governo Bolsonaro no aperfeiçoamento do Bolsa Família, isso é insuficiente. A desigualdade é multidimensional, precisamos olhar para várias coisas, como políticas públicas, cor, gênero, região. Esse debate sobre a desigualdade no Brasil neste governo, é no máximo oportunista, na melhor das hipóteses. O país fez opções que, no curto prazo, vão demorar para desamarrar. A questão ambiental, por exemplo, a Europa vai demorar de perdoar o Brasil. Precisa mudar, vai ter choque. Mourão, em algum momento, vai descobrir que IBAMA é necessário.

O presidente reduziu seu ímpeto extremo, de liberalismo selvagem, pois caso contrário, não seria mais presidente hoje, mas o quanto ele é capaz de manter esse perfil com o tempo? Não sabemos. Mais do que isso, lembrando de Gramsci, o velho morreu e o novo ainda não surgiu. O Bolsonaro está no meio do caminho entre o velho e o novo nessa transformação. Ao contrário do que muitos dizem, se olharmos com uma lente mais ampla da história, o período da redemocratização até 2014, tivemos lideranças políticas e sociais com um papel excepcional no Brasil. Ao contrário do que Bolsonaro disse em 2018, nós não pioramos, nós

melhoramos o país. Contudo, a geração que fez isso está acabando, não é crível o Lula concorrer a presidência. Não é uma questão de gostar dele, precisamos de transformação.

Eu só acho que seja possível sairmos dessa crise com alguém que seja capaz de juntar mais contrários. O fato é que desde Dilma, nós não conseguimos mais juntar os contrários, precisamos disso em algum grau. Se não conseguirmos juntar os contrários, não se governa o Brasil, e se não se governa o Brasil, não sairemos da crise. O mercado e o mundo não irão nos salvar, isso é ilusão. Quem será capaz de juntar os contrários no Brasil? Esse é o maior dos pessimismos. Um segundo mandato de Bolsonaro seria ainda pior, haveria um impeachment, ele seria a própria Dilma. Ser a Dilma com as características pessoais dele, pode ser ainda mais sangrento para o país. A Dilma não quis juntar os contrários, e Bolsonaro certamente não tem essa capacidade. Sem juntar os contrários o país não será reconstruído. Temos um “buraco histórico” para ser vencido até 2022, a questão é construiremos essa possibilidade? Por enquanto não conseguimos ver “túnel no fim da luz”. Estamos uma posição difícil, os partidos e grupos sociais precisam construir ideias e pensar em um estilo diferente de fazer política. Esse estilo de fazer política hoje não levará o Brasil a ser reconstruído. Mas não se esqueçam, o Bolsonaro não tinha vindo para fazer um futuro, mas sim para exterminar um passado.

Essa crise da pandemia vai ser vista daqui a 50 anos como um dos momentos mais trágicos da história brasileira. Vai ter mais gente morrendo na pandemia do que na Guerra do Paraguai. O Bolsonaro pode sobreviver politicamente de várias maneiras e até mesmo, no limite, vencer as eleições para ser uma segunda Dilma, mas para os livros de história, isso acabou. Talvez os militares ainda não tenham essa dimensão.

Fundação Podemos: Realmente, alguém que veio para destruir não tem como deixar um legado.



1. Proposta encabeçada pelo governo federal de uma gestão escolar compartilhada entre educadores e militares. Estes atuam como gestores educacionais, enquanto professores são responsáveis pelo programa pedagógico.
2. Programa lançado no governo Dilma visando suprir a insuficiente de médicos especialmente no interior dos municípios brasileiros.
3. O Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) visa disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.
4. Órgão cujo objetivo é controlar as atividades dos ministérios tendo em vista o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.
5. A PEC 188/2019 altera a forma com que a União, estados e municípios arrecadem receitas e compartilham obrigações, visando maior flexibilidade orçamentária e autonomia aos estados e municípios. Para isso, prevê uma série de medidas, incluindo a extinção de municípios.
6. O Inquérito das Fake News, aberto pelo STF, investiga a veiculação de notícias falsas, ameaças e infrações como calúnias, difamação e injúria contra os membros da Suprema Corte e seus familiares.
7. Referência a PL 3.267/2019, a Nova Lei de Trânsito, que flexibiliza o Código Brasileiro de Trânsito.
8. O Marco Legal do Saneamento propõe, dentre outras medidas, a universalização dos serviços de água e esgoto e o aumento de investimento privado na área de saneamento básico.
9. O Marco Regulatório do Gás Natural prevê a autorização para a exploração do transporte de gás natural e permite o estoque em jazidas esgotadas de petróleo, visando a desconcentração no mercado de gás natural.
10. Referência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), conjunto de fundos para o financiamento da educação básica pública, votado na PEC 26/2020 em prol de sua permanência.

Biografia



Fernando Luiz Abrucio

Coordenador da área de Educação do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGVceapg). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1990), mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2000), além de graduação incompleta em Comunicação Social com Habilitação em Propaganda pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (1987-1989).

Ganhador do Prêmio Moinho Santista de melhor cientista político brasileiro na categoria juventude (2001), ganhador do prêmio Lourival Gomes Machado, como melhor dissertação de mestrado do departamento de Ciência Política da USP (1998) e ganhador de dois prêmios ANPAD como melhor trabalho de Administração Pública do país (1998 e 2003). É professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (SP) desde 1995.

<http://lattes.cnpq.br/7585916430082392>



fundação podemos
política para todos

